

MEC/INEP
SIBE - CIBEC



B0012643

SUPERIOR DE GUERRA

2. POLÍTICA

DE

EDUCAÇÃO E CULTURA

Prof. Dr. EDUARDO /¹ PORTELLA
Ministro de Estado da Educação e Cultura

Rio de Janeiro
16/07/1979



7.014:008
843p

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

S U M Á R I O

Págs.

Introdução	1
Educação e Cultura	2
Problemas Atuais	2
Linhas de Ação	5
Objetivos Gerais	7
Pré-Escolar	10
Primeiro Grau.....	14
Segundo Grau.....	19
Ensino Supletivo.....	25
Educação Física e Desportos	26
Ensino Especial.....	27
Ensino Superior.....	28
Recursos	33

- A Política Setorial de Educação constitui-se de

— —

programas e ações nos campos conexos da educação, da cultura e do desporto, fazendo parte da Política Social do Governo. Mas devemos ter presente que, se a setorização pode adiantar-se como oportuno recurso operativo, em nenhum instante lhe será permitido isolar-se ou perder a visão articulada de todo o complexo governamental. E nesse quadro global que emerge e se fortalece a função social da Educação. A Educação e a Cultura, manifestação e desempenho da identidade nacional, terão cada vez mais de fincar os pés na terra, no encaço de um programa realista. Para consolidar-se como um projeto pedagógico, todo ele voltado para a qualificação da sociedade brasileira, não basta ceder passivamente as reivindicações quantitativas da explosão demográfica: e preciso orientá-las, conduzi-las, fazê-las passar pelo insubstituível filtro da qualidade.. O realismo que reclama por objetividade deve ser o mesmo que rejeita soluções simplistas. À educação para construção cabe apoiar-se na pedagogia da qualidade, e desenvolver-se como um sistema coeso, era que cada peça da engrenagem dispõe de uma função essencial e correlata. E evidentemente só poderá ser pensada e executada, levando em conta a nossa diversidade

regional, com todas as implicações sociais e econômicas correspondentes .

Em todos os momentos estará refletido o pacto indissolúvel, entre Educação e Cultura. A cultura é um processo global que define os traços básicos de um povo e confere-lhe parte essencial de sua característica histórica. O desenvolvimento nacional integrado e harmonioso da cultura brasileira é fator imprescindível para o desenvolvimento total e ordenado do país. A tarefa da cultura não se deve configurar como prática minoritária, mas alargar-se como uma realização de todos, contribuindo decisivamente para a ampla democratização da vida nacional.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Problemas Atuais

Os problemas da Educação e da Cultura se multiplicam no quadro geral das emergências imediatas:

1. A desigualdade na distribuição de renda e a conseqüente marginalização cultural, educacional, econômica e sociais dos estratos mais baixos da população, configuram o pano de fundo imediato.

2. Os padrões de crescimento demográfico tendem a conduzir crescentes contingentes de população escolarizável a busca de serviços escolares, acentuado, ainda, pelas forças migrações internas.

3. A prevalência de condições insatisfatórias de nutrição e saúde limita o adequado desenvolvimento psicológico e cultural de amplos contingentes de população infantil, dificultando seu acesso e aproveitamento em relação aos processos convencionais de escolarização. É por isto que, já de início, a importância dos programas pré-escolares logo se projeta..

4. O crescimento quantitativo da população escolar, sem a conseqüente elevação do nível qualitativo das ações culturais-educativas, sem a redução das disparidades regionais, e sem o atendimento às necessidades reais dos diferentes grupos de população, são obstáculos que se somam. E a eles se juntam:

5. O escasso entozamento escola-comunidade, a parti-

cipação reduzida dos diferentes grupos populacionais no desenvolvimento de uma educação aberta, que atenda às necessidades, interesses e problemas dos alunos e da comunidade.

6. As distorções na criação, distribuição, acesso e consumo dos bens culturais, com mínima contribuição aos objetivos do desenvolvimento social.

7. A dependência tecnológica, a reduzida contribuição do sistema educacional ao direcionamento da formação e da criação científica e tecnológica.

8. A ausência de uma política efetiva de formação, valorização e utilização dos professores e o atendimento limitado, dado ao baixo nível salarial da classe. A dignificação salarial do docente irrompe, aqui e agora, como item prioritário da pedagogia da qualidade.

9.. O planejamento centralizado, com escassa participação das bases; a estrutura organizacional, que limita a consecussão dos objetivos educacionais; a carência de coordenação e articulação entre os diferentes Órgãos que financiam a educação; a escassa relação entre as prioridades definidas e os recursos alocados, agravam o coeficiente de adversidades.

10. E finalmente, a inexistência de um sistema de avaliação abrangente e permanente, que permita visualizar o impacto das ações implementadas, e subsidiar a formulação, de políticas e a tomada de decisões, acabam por completar um quadro pelo menos aparentemente apocalítico.

Daí a urgência de se formular e conduzir um conjunto de ações, que consistiriam fundamentalmente em:

Linhas de Ação

1. Universalizar a educação fundamental, através da ampliação do acesso ao ensino de 1º Grau, regular ou supletivo, tanto para a população de 7-14anos, como para os adolescentes e adultos subeducados.
2. Manter um ritmo de crescimento do ensino de 2ºGrau coerente cora o aumento de conclusões do grau anterior: diversificar as formas de atendimento, de modo a corresponder às necessidades próprias da clientela mais jovem (15-18 anos) e, oportunamente, as dos adultos.
3. Promover, ao lado de estímulos à conquista de crescente autonomia pelas Universidades, um consistente esforço para o aperfeiçoamento da educação superior, em seus diferentes níveis e modalidades, facilitando-lhe o acesso pelos diversos grupos sociais, e ajustando-a às necessidades de criação e reprodução da cultura nacional, às de formação e desenvolvimento de recursos humanos, e às de afirmação do papel da Universidade na redução da dependência científica e cultural do país.
4. Fazer com que a política nacional da cultura, através dos seus mecanismos revisados ou reestruturados, esteja concretamente a serviço da produção, distribuição e consumo de bens culturais. Sempre tendo em vista que o apoio ou a cooperação estatal nunca pode desvirtuar-se em qualquer tipo de dirigismo.
5. Aperfeiçoar os instrumentos de política educativo - cultural, preliminarmente nos seguintes níveis:
 - Descentralização do planejamento educacional;
 - Implantação de regime de autarquias especiais e de outros modos de desenvolvimento organizacional, permitindo operacionalizar os princípios de autonomia e democratização das estruturas u

niversitárias.

- Revisão dos mecanismos básicos do sistema de financiamento da educação, de modo a tornar mais flexíveis as transferências federais as administrações estaduais e locais de educação e cultura, permitindo compensar as disparidades regionais de capacidade financeira.
- Estabelecimento de normas e dispositivos explícitos e adequados de equivalência e certificação de estudos, para efeito de maior coordenação entre as modalidades educativas formais, não - formais e informais ou extra-escolares, e para viabilizar a ampliação das alternativas não-con

vencionais de ensino, formação profissional e desenvolvimento cultural.

Atualização e consolidação dos planos nacionais de cultura, educação física e desportos, de pós-graduação, de educação especial, no Plano Setorial de Desenvolvimento Educativo-Cultural para 1980-1985.

Aperfeiçoamento dos Conselhos Federal e Estaduais de Educação e de Cultura, buscando proporcionar-lhes condições mais eficazes de desempenho como órgãos superiores de assessoramento da Administração, aliviando-os dos seus excessivos encargos operacionais e administrativos.

Objetivos Gerais

Os objetivos gerais merecem ser enfatizados:

1. Ampliar as oportunidades educacionais e reduzir as disparidades regionais, visando atender as necessidades individuais e sociais, dentro do princípio da educação e no marco do desenvolvimento cultural e econômico.
2. Adequar a ação educativa-cultural as peculiaridades regionais e populacionais, atendendo principalmente aos grupos de baixa renda constituído sobretudo pela população das zonas rurais e da periferia urbana marginalizada.
3. Desenvolver uma ação educativo-cultural integrada, contribuindo de modo mais eficaz com as tarefas do desenvolvimento do país e da mesma maneira possibilitando uma adequada integração da educação formal e não-formal.
- 4 • Incentivar a participação comunitária para favorecer o desenvolvimento de uma educação aberta, que atenda às necessidades, interesses e problemas dos alunos e dos diversos

grupos populacionais.

5. *Elevar a qualidade das ações educativo-culturais não só introduzindo mudanças significativas, nos conteúdos curriculares e nas tecnologias educacionais, mas também valorizando, amplamente, a função docente (com uma política correlata de atendimento às necessidades econômicas, sociais, culturais e de formação do professor).*

6. *Estabelecer uma adequada relação educação-trabalho, como forma de contribuir para a realização pessoal e social na produção de bens e serviços, ampliando o conteúdo conceitual da educação, considerada tradicionalmente como mero instrumento de qualificação dos recursos humanos.*

7. *Fomentar e aplicar uma política cultural de base popular, respeitando a personalidade cultural dos indivíduos e grupos sociais, e incentivar a criação, preservação e absorção dos bens culturais.*

8. Estimular o desenvolvimento de linhas de pesquisa consistentes com as necessidades do país, tanto para situá-lo adequadamente nas correntes principais da evolução do saber mundial, como para reduzir sua dependência científica e tecnológica.

9. Intensificar uma programação flexível, participante e integral, articulada com o planejamento, nacional e com os diferentes níveis administrativos, de maneira horizontal e vertical; e ao mesmo tempo implantar, sob forma progressiva, um sistema de avaliação e controle abrangente, apto a permitir o julgamento do impacto da educação e cultura no sistema sócio-econômico. A eficiência ou eficácia do sistema educacional, o desempenho dos planos, programas e projetos governamentais, serão por ele detectados.

10. Aperfeiçoar a estrutura administrativa dos diversos órgãos do setor para melhor atendimento aos objetivos educativo-culturais, e uma tarefa que se impõe.

11. Orientar o sistema de financiamento da educação e cultura, de modo a elevar sua produtividade, acompanhar o ritmo de evolução das demandas, permitir maior equidade social na aplicação e distribuição dos recursos educativos, e maior mobilização de meios dos próprios grupos sociais envolvidos nas ações educativo-culturais, são providências que completam este elenco essencial.

Em cada degrau da escalada educativo-cultural, os problemas reaparecem, com o seu contorno próprio.

Pre-Escolar

No Pré-Escolar é fácil perceber:

A ausência de uma política global e integrada de atendimento a população infantil.

A escassa oferta pública nos grandes centros, e praticamente inexistente nas zonas rurais.

A reduzida oferta privada, concentrada nos grandes centros, e inacessível à população de baixa renda.

A predominância do enfoque preparatório para o 1º Grau, quase nunca formulado adequadamente.

A descoordenação dos programas nutricionais, de saúde e da educação infantil.

A predominância de programas eminentemente escolares, com insuficiente ou nulo envolvimento da família e da comunidade.

A escassez de programas compensatórios e/ou inovadores com resultados avaliados.

A insuficiência de pessoal docente, convenientemente preparado e corretamente distribuído.

Cabe, portanto, articular algumas soluções, que poderiam ser assim resumidas:

Formular e implementar uma política global integrada para a infância, como medida corretiva parcial, e preventiva, enquanto se procura eliminar os fatores determinantes da pobreza absoluta.

Promover e fortalecer o envolvimento das famílias e da comunidade nos programas sócio-culturais de atendimento à infância.

Desenvolver programas de preparação do pessoal docente e técnico, alimentação escolar e programas inovadores para o atendimento a custos menores.

Os objetivos dessa ação iniciadora, tornam-se cada vez mais precisos:

Centrar o atendimento, na fase pré-natal e dos dois primeiros anos de vida, nos aspectos de nutrição e saúde, incluindo a eliminação da precariedade ambiental.

Implementar programas de atendimento materno-infantil, com envolvimento das mães e através, principalmente,

de creches e escolas maternas, tendo em vista que grande numero de mães são obrigadas a trabalhar fora do lar, logo após as primeiras semanas de vida da criança.

Expansão da oferta, como corretora dos desníveis culturais, visando suprir as limitações do papel educativo que a família está impedida de exercer, para o atendimento da população de 2 a 6 anos.

Atender a população de 2 a 6 anos através de "centros educacionais infantis", tendo em conta as peculiaridades de cada faixa etária:

- a) a ampliação das capacidades de percepção, do acervo cognitivo e do correspondente domínio vocabular, objetivando reforçar o desenvolvimento dos padrões de raciocínio, linguagem e comunicação; •
- b) o subjacente reforço das carências afetivas e de relacionamento, através de atividades lúdicas e de grupo, proporcionando melhores padrões de integração social;
- c) a expansão das experiências de convívio, através de contatos externos ao meio de origem, de modo a ampliar o seu domínio sobre os vários espaços urbanos ou rurais, a sua articulação com os serviços e equipamentos do campo

ou da cidade, e sua ambientação cora as instituições mais próximas, notadamente a escola, sem excluir todas as outras mobilizadas pela comunidade.

Realizar ações preventivas, principalmente em relação às crianças de 7 anos, incluindo trabalhos com gestantes, e corretivas, no sentido de atender clientela potencial, bastante específicas, como menores abandonados e carentes.

Implementar programas de educação familiar, destinado às mães e jovens, atendendo aos aspectos próprios a estrutura da família e das funções endógenas atribuídas a seus membros.

E necessário envolver os recursos humanos disponíveis nas comunidades periféricas: mães não empregadas, jovens com alguma escolaridade, artesões e artistas, e tantos outros.

Realizar programas de formação do pessoal docente e técnico, cora a participação das universidades, das instituições de 2º Grau, e através de programas específicos de treinamento, dar ênfase ao atendimento do pré-escolar, sempre com o envolvimento das famílias e da comunidade.

Primeiro Grau

A educação brasileira configura-se como um edifício minado por baixo, podendo ser constatado no enlace pré--escolar e 1º Grau, o primeiro grande no a ser desatado, responsável ostensivo por alguns males crônicos.

-Os problemas se sucedera, numa seqüência desafiadora:

O atendimento sequer atinge a aproximadamente 25% - da população dos 7 aos 14 anos.

A iniciação para o trabalho tem encontrado cons - tantes entraves na rigidez das exigências de capacitação.

A oferta de vagas privilegia as regiões e os grupos sociais economicamente mais desenvolvidos.

Permanece a carência de uma ação intersetorial, articulada no que se refere a saúde, alimentação e higiene.

-Metodologias e currículos que em geral não levam em conta a especificidade crescente da clientela a ser atendida, são manipulados inseqüentemente.

A proporção ainda reduzida de alunos ingressados, que chegara a graduar-se nos 8 anos requeridos, exige mediadas transformadoras.

A considerável falta de docentes qualificados e - habilitados, conseqüência, principalmente, dos baixos ní-

veis de remuneração oferecidos, é outro fator negativo que se alastra perigosamente.

Do mesmo modo os programas de treinamento de docentes precisam ser avaliados no que diz respeito ao impacto qualitativo sobre o desempenho dos alunos.

A tendência à generalização, ao estabelecer normas para todo o país, muitas vezes sem considerar as características e necessidades reais de cada região ou de cada grupo social, se torna uma ação pervertora, improdutiva e autoritária.

Também o quadro técnico-administrativo, insuficientemente preparado, reflete-se na operacionalidade das fontes de financiamento.

A articulação ainda insuficiente entre as esferas federal e estadual e, em especial, entre estas e a esfera municipal, perturba consideravelmente a rentabilidade do sistema.

Daí a presença de:

Universalizar a educação fundamental, através, da ampliação do acesso ao ensino de 1º Grau, regular ou supletivo, tanto para a população de 7-14 anos, como para os adolescentes e adultos subeducados.

-Oferecer atendimento socio-cultural adequado às
•populações periféricas urbanas, por meio de educação funcio_
nal compensatoria.

"Transformar as modalidades de serviços educativos
às populações do campo em apoio aos programas de desenvolvi
mento rural e de superação da pobreza local.

Diversificar as oportunidades de educação de adul_
tos, visando ao seu desenvolvimento cultural e as suas con-
dições de promoção sócio-econômica.

No plano mais geral, este conjunto de providências
.objetivaria, portanto, a:

•Universalizar a educação fundamental, no. cumpri -
mento gradual do preceito constitucional.

Desenvolver programas educativo-culturais especi-
ais para o atendimento da população de baixa renda, consti-
tuído sobretudo pelos grupos populacionais das zonas
rurais e da periferia urbana marginalizada.

-Melhorar a qualidade do ensino, introduzindo rau-
-danças significativas nos conteúdos curriculares, nas tecno_
logias educativas e na valorização do pessoal docente.

Fortalecer a articulação entre as esferas federal,
estadual e municipal, no intuito de alcançar um melhor
.aproveitamento das fontes de financiamento e mais correta

utilização dos recursos adicionais não tradicionais

E no plano mais específico, ou mais objetivo, poder-se-ia:

Ampliar a oferta de matrículas, devendo o Governo

Federal cooperar técnica e financeiramente, principalmente com as Unidades Federadas que apresentem os menores índices de escolarização. Desenvolver ações que possibilitem uma eficiente iniciação para o trabalho, conforme preconiza a legislação em vigor, dotando as normas existentes de suficiente flexibilidade., a fim de permitir o atendimento as necessidades e possibilidades regionais.

Implementar programas examinando situações específicas da clientela a ser atendida, tais como o menor abandonado, as populações das zonas rurais e da periferia urbana marginalizada, sempre com a preocupação realista de oferecer a criança ou ao jovem uma educação básica.

Implementar uma política de redução das desigualdades educacionais e de oferta educativa, atendendo prioritariamente as populações carentes. .

Promover a participação comunitária nas tarefas educacionais, de maneira articulada, contribuindo para o desenvolvimento integrado das áreas rurais e da periferia urbana marginalizada.

- Corrigir o perfil da pirâmide educacional, incentivando a permanência do aluno na escola e integrando ações -com saúde, alimentação e higiene, combinadas com uma maior diversificação de metodologias educacionais.
- Desenvolver ações nos aspectos de programação curricular, buscando responder às realidades locais e considerando as necessidades, interesses e problemas dos alunos e dos diversos grupos populacionais.
- Continuar com a formação e capacitação de recursos humanos não somente do pessoal docente, mas também do pessoal técnico administrativo, dando ênfase as inovações pedagógicas.
- Enfatizar o desenvolvimento do ensino de Comunicação e Expressão e de Ciências, como estratégia para aumentar a eficácia social e a qualidade dos planos curriculares, bem como, contribuir para a redução da repetência e evasão.
- Implementar uma política de transferências financeiras para programas integrados, desenvolvidos em áreas de limitadas e para clientelas bem identificadas, expressos em metas explícitas e viáveis de expansão e elevação dos padrões de qualidade da educação e de apoio ao educando. Com isto fortalecer a descentralização criativa e a adaptação dos projetos as especiais condições regionais e locais. E simultaneamente, consolidar e articular recursos de fontes diversas (Salário-Educação, FAS, etc.) para apoio financeiri-

Ensino Rural

ro não específico aos sistemas estaduais, especialmente aos de menor capacidade financeira, visando equalizar social - mente os gastos em educação.

- Fortalecer a integração e o aproveitamento comum de recursos entre os varios estabelecimentos de uma mesma localidade, para viabilizar o estudo e desenvolvimento de seus métodos de trabalho e de organização, contribuindo para a redução dos desníveis de qualidade, e de recursos entre eles.

- Integrar os programas de expansão e de desenvolvimento qualitativo em "regiões-programa", visando conferir complementariedade e estimular a ordenação das "redes locais" de educação e sua coordenação em nível de micro-regiões e/ou regiões de desenvolvimento.

Segundo Grau

Nao sao menores nem mais simples as questões que se projetam no horizonte do segundo grau, ainda hoje perdido, do entre um esquema de formação, a que abjurou de modo simplista, e um programa de profissionalização, concebido aleatoriamente..

O saldo tem sido, senão inexpressivo, parcimonioso. Até hoje continua as voltas com a dificuldade de implementação de um ensino profissionalizante que cumpra o duplo objetivo de terminalidade e continuidade.

As mudanças na distribuição de oportunidades educacionais, se existentes, são pouco significativas.

O mito da Universidade fortaleceu obsessivamente a aspiração do alunado pela continuidade.

Definições pouco precisas sobre o conceito de ensino profissionalizante, motivando a coexistência de programas voltados para a educação geral, educação técnica, formação profissional e habilitações básicas, são outras tantas veredas que se foram entrecruzando, sem conseguir apontar o verdadeiro caminho.

Os mesmos males se repetem, da escassez de docentes especificamente preparados à correspondente organização curricular.

A insuficiência de informações sobre mercado de trabalho, bem como a indefinição do papel social e econômico do técnico de 2º Grau, acabou por retirar a possível objetividade.

Os convênios para intercomplementaridade, porque mal equacionados, resultaram pouco ou nada satisfatórios.

"A precariedade de recursos físicos, os prédios inadequados, carencia de material didático e instalações es tranhas às disciplinas de educação prática, jogaram também o seu papel.

Cresceram as restrições ao aproveitamento de candidatos de menor status social, e as dificuldades de acesso às modalidades formais de ensino para trabalhadores, jovens e adultos.

A Idade-serie mostrou-se inadequada, principalmente pela alta proporção de pessoas que estudam e trabalham.

Compreende-se e justifica-se o esforço do MEC no sentido de:

-Manter um ritmo-de crescimento do ensino de 2º - Grau harmonizado com o aumento de conclusões do grau anterior.

- Diversificar as formas de atendimento, de modo a corresponder as necessidades próprias da clientela mais joteria (15-18anos) e; oportunamente, às dos adultos.

-Assegurar a implantação dos programas de habilitações básicas nas redes estaduais de ensino de 2ºGrau, e iniciar programas de melhoria da educação geral.

-Apoiar tecnicamente o aperfeiçoamento da rede de

estabelecimentos particulares de ensino de 2º Grau, de modo a facilitar-lhes a adoção dos programas de habilitação básica.

- Intensificar as experiências de implantação de educação pós-secundária, a fim de criar novas oportunidades alternativas de formação técnica e profissionalizante.

Consolidar a expansão e sustentar -o desenvolvimento qualitativo da rede de escolas técnicas federais, centros de educação tecnológica e apoiar as unidades de educação técnica dos estados.

Formular critérios e mecanismos para estabelecer a equivalência e certificação de estudos.

Seja com os objetivos gerais de:

Fortalecer seu caráter terminal, sem descuidar do aspecto continuidade, e reorientar as expectativas educacionais e ocupacionais que pressionam o ensino superior num sentido meramente credencialista. Melhorar a qualidade do ensino considerando a expansão moderada do ensino de 2º Grau regular, articulado com uma reestruturação das políticas de educação supletiva.

"Atender prioritariamente a clientela de mais baixo

nível de renda.

Seja com os objetivos específicos de:

- * Concentrar as disciplinas profissionalizantes em algum período após a conclusão da formação geral, atendendo tão somente a clientela que manifestasse interesse em se integrar à força de trabalho.

- * Articular ações com o Ministério do Trabalho e outros Ministérios dos setores produtivos, para fortalecer a formação profissional.

- * Estruturar o ensino pós-secundário não universitário, incluindo a redefinição dos cursos de tecnólogos.

- * Criar e fortalecer os centros interescolares, as escolas produtivas que tenham em conta estratégias de diferenciação, hierarquizando a rede de ensino.

- * Articular o ensino regular de 2º Grau com a oferta de educação supletiva, identificando as diferentes condições da clientela, suas necessidades, interesses e problemas.

- * Dar atenção prioritária a três segmentos do ensino do 2º Grau: a educação normal, a educação para saúde e educação agrícola.

- * Melhor distribuição espacial da rede física, sen-

do que sua expansão deve somente ser implementada quando verificada a inexistência de capacidade ociosa.

* Fortalecer os programas para formação de pessoal docente, no sentido de possibilitar a implementação adequada das habilitações profissionais básicas.

* Implantar o sistema de orientação educacional e vocacional, e realizar estudos e pesquisas sobre necessidade de recursos humanos, a nível médio, no mercado de trabalho.

* Expandir a oferta de vagas, porém de forma compatível com o desenvolvimento socio-cultural e econômico das diferentes regiões do país.

• Cuidar para que não se desenvolvam mecanismos seletivos que marginalizem a demanda dos mais baixos níveis de renda.

* Oferecer habilitações básicas segundo as necessidades regionais e tendo em conta os problemas, necessidades e interesses da clientela.

• Desenvolver, através de currículos simples e objetivos, o potencial intelectual e cultural de grupos especificamente identificados, a partir de suas próprias vivências.

"O ensino de 2º Grau, concebido como pré-universitário e quase nunca como estação terminal capaz de habilitar

profissionais aptos - deixou a sociedade brasileira sem a participação substantiva do chamado homem médio produtivo . O arremedo de profissionalização que a recente reforma vem produzindo, apenas conseguiu prejudicar o ensino básico. De tal modo, que se tornou urgente e essencial promover a conciliação ou o entrosamento entre a vertente formativa e a vertente profissionalizante, estabelecendo-se uma saudável complementariedade. Urge, portanto, rever o esquema de profissionalização a esse nível, estabelecer novos pactos, definir prioridades que levem em conta a diversidade regional do país, identificar os novos mercados intermediários de trabalho que- o crescimento demográfico e o próprio processo ,de desenvolvimento do país vêm abrindo nessa faixa de escolarização, para a qual existe uma diversificada e múltipla demanda de mão de obra qualificada. .

Ensino Supletivo

O ensino supletivo, ao suprir a escolarização regular, projeta sua força reintegradora e integradora, destacando-se como um sistema aberto. Pela sua natureza e função, pelas características heterogêneas da população-alvo , pede um tratamento flexível, rompendo a todo instante os procedimentos formais, sobretudo com respeito à temporalida-

de. É uma solução de massa, de que não pode prescindir o nosso desenvolvimento, no seu estágio atual, devendo ser intensificada e ampliada para atingir, também, as populações das zonas rurais e da periferia urbana marginalizada. Nessa perspectiva, o MOBRAL se reveste de uma nova função: promover o enlace comunitário, alargando o raio de circulação da informação.

-As estruturas básicas terão de ser trabalhadas em todos os níveis e por "meios dos mais, diversos instrumentos.

-A dinamização desses programas dependerá fundamentalmente das chamadas tecnologias educacionais, hoje ativadas sobretudo pelos novos recursos de comunicação de massa. A Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa do MEC já iniciou alguns experimentos valiosos nesta faixa. O surgimento do Departamento de Aplicações Tecnológicas (DAT), terá um grande papel neste sentido.

Educação Física e Desportos

-Os programas pedagógicos encontram na educação física e nos desportos um suporte insubstituível, sobretudo a partir da compreensão do homem como a entidade integrada que ele verdadeiramente é. Formar, aprimorar, difundir a mentalidade esportiva, elevando o padrão técnico dos exercícios e das competições, dentro e fora dos recintos escolares, impõe-se entre as nossas tarefas prioritárias.

Erigida em órgão central de direção superior, a Secretaria de Educação Física e Desportos deverá funcionar na base de uma estrutura de âmbito nacional, com descentralização regional capaz de alcançar o Município. Essa nova área deverá atuar de modo a atrair, em escala considerável, iniciativas de cooperação e assistência técnica, e de inter

câmbio internacional nos setores desportivos que ainda não dispõem de valores era grau de alta competição internacional e plurinacional.

A orientação implantada no MEC, sustentada por um sistema de "administração por objetivos", tem solicitado e recebido, da parte do Conselho Nacional de Desportos (CND) e de outros organismos afins, uma, cooperação valiosa.

Ensino Especial

O ensino do excepcional recebera o tratamento técnico correspondente que, embora diversificado, em nenhum instante descuidara do seu compromisso integrativo.

Isenta dos resíduos apenas filantrópicos ou paternalistas, o ensino especial, procurara:

Integrar o maior numero possível de excepcionais, no sistema regular de ensino.

Implantar serviços de diagnóstico que permitam a identificação, o mais cedo possível, dos alunos portadores de distúrbios no desenvolvimento psico-motor, principalmente na clientela de pré-escolares.

Apoiar técnica e financeiramente as instituições especializadas, de forma a beneficiar categorias de excepcionais não integráveis ao sistema regular.

Melhorar o quadro técnico-docente e a distribuição espacial, principalmente nas atividades de estimulação precoce, identificação, diagnóstico e formação profissional.

Propiciar uma continuação de atendimento compatível com as aptidões e capacidades individuais até o ensino profissionalizante. Elevar os padrões qualitativos de atendimento, tanto no sistema regular, como nas instituições especializadas.

Incentivar uma maior participação da comunidade e da família do excepcional, minimizando desta forma os problemas de integração deste no ambiente social.

Ensino Superior

E Valido insistir em que Educação e Cultura não

são conceitos distintos. Há necessidade de entender a educação como um processo cultural. E tratar a educação como um processo cultural significa colocar a realidade brasileira, com todas as suas peculiaridades e características criadoras, como fonte de inspiração para o desenvolvimento do ensino superior no Brasil. Significa que a Universidade, na posse progressiva de sua autonomia, deverá debruçar-se sobre os problemas pertinentes ao meio a que serve, erguendo-os como central alimentadora de suas funções em relação ao ensino, à pesquisa, à extensão e à prestação de serviços. E por intermédio de um leque de iniciativas, que não poderá esquecer-se de:

Implantar mecanismos de controle sobre a efetivação dos projetos aprovados de criação ou expansão de estabelecimentos e cursos, garantindo, em nome sobretudo da qualidade, o cumprimento de requisitos imprescindíveis de incorporação de docentes, de desempenho pedagógico e de organização acadêmica.

Estimular nas Universidades a definição de setores prioritários de expansão e aperfeiçoamento por áreas de desenvolvimento científico-tecnológico, e de formação graduada e pós-graduada, buscando equilibrar a oferta de ensino e a concentração de linhas de pesquisa entre as instituições de diferentes regiões, de acordo com suas potencialida-

des e acumulação de experiências.

Promover a diversificação da oferta de ensino, tanto no referente a objetivos de educação geral e formação profissional, como em termos de modalidades de cursos (curta e longa duração, seriados, modulados, à distância, etc), e enfatizar áreas prioritárias a nível intermediário e profissional.

Ajustar o ritmo de crescimento dos recursos ao da expansão do sistema, reexaminando os criterios de distribuição dos meios financeiros.

Conter o crescimento do ensino pós-graduado estrito senso e fortalecer os centros mais promissores, estimulando-os a experimentar e desenvolver novas modalidades, inclusive as não ou menos formais, de pos-graduação lato-sensu.

Desenvolver métodos mais eficazes de articulação e harmonização dos planos curriculares do ensino de 2º e 3º Graus, a par do aperfeiçoamento dos sistemas de avaliação para acesso ao Ensino Superior.

Estimular, nas Universidades e escolas de maior porte, a implantação efetiva e o desenvolvimento do ciclo de estudos básicos por área de conhecimento, garantindo, no entanto, a integração entre áreas e a flexibilidade para combinações curriculares inter ou multidisciplinares.

Aperfeiçoar a organização e a administração das universidades e estabelecimentos isolados, determinando mecanismos ágeis e flexíveis, dentro dos princípios de descentralização ou desconcentração de responsabilidades de participação.

Ajustar os programas em nível de pós-graduação a linhas específicas de desenvolvimento científico e tecnológico, de formação permanente de quadros docentes' e técnico-administrativo, e de formação profissional avançada.

Proporcionar condições institucionais e financeiras para o desdobramento de projetos integrados de ampliação curricular e técnico-pedagógica, e de aperfeiçoamento de docentes (combinando diferentes modalidades de estudos pós-graduados), com ênfase — não excludente — nas áreas consideradas prioritárias pelo plano de desenvolvimento da Instituição.

Estabelecer, em Universidades, projetos de iniciação científica e de intensificação de estudos, proporcionando bolsas e atenção docente específica para alunos de graduação com potencial mais desenvolvido, que se destinem às carreiras técnico-científicas ou de formação profissional avançada.

Apoiar, técnica e institucionalmente, o desenvolvimento da organização acadêmica, fortalecendo os órgãos co

legiados de direção para que exerçam responsável e eficiente-

temente a autonomia universitária.

Estabelecer normas e estruturas mais eficazes de captação e coordenação de programas de cooperação técnica e financeira internacional, orientando-os para áreas e instituições onde se maximizem os seus benefícios e se evite a dependência ou transitoriedade de seus efeitos.

Fixar medidas e mecanismos de integração do ensino superior com as comunidades locais e os setores produtivos.

Articular as tarefas de ensino com as funções de pesquisa e as atividades de extensão, como mecanismo de transferência da criação do conhecimento e sua retroalimentação.

Implementar, em cooperação com o CNPq e as agências financiadoras de pesquisas, um programa de investigações de base, que ofereça alternativas de solução aos grandes desafios nacionais.

Somente assim a Universidade, comunidade ativa e solidária de professores, estudantes e funcionários, central produtora e distribuidora de conhecimento qualificado, poderá ser um instrumento insubstituível do desenvolvimento nacional.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)